

SISTEMA APOSTILADO DE ENSINO

Material padronizado produzido para uso em situações de ensino condensando determinado volume de conteúdos curriculares compilados e organizados em textos, explicações e exercícios, distribuídos em blocos correspondentes a aulas, bimestres, trimestres ou outros períodos determinados. Atualmente, sua composição resulta da compilação de informações em distintas fontes: autores diversos, informações da rede mundial de computadores, fragmentos de livros didáticos, etc. O termo **apostila** ou apostilamento originalmente relaciona-se à ideia de complementação ou adição de algo novo a um conjunto de informações, conceitos ou ideias, todavia, a utilização mais recente remete-se a publicações didáticas estruturadas e padronizadas. Adotados de forma generalizada pelos cursos preparatórios para vestibulares e por escolas privadas de educação básica, as apostilas popularizaram-se como instrumentos didáticos voltados para a preparação de candidatos a processos seletivos. O termo **sistema** pressupõe uma opção coordenada e integrada de partes em “um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isso perdem a própria identidade” (SAVIANI, 197, p.206). No mesmo sentido, para Carlos Roberto Jamil Cury, um sistema de educação supõe uma rede que agrega órgãos, instituições escolares, ordenamento jurídico, finalidades e bases comuns. Esses quatro elementos devem coexistir como “conjunto organizado sob um ordenamento com finalidade comum (valor) sob a figura de um *direito*”. (CURY, 2008, p.1204). Para Cury, no Brasil, não há sistemas privados de ensino, mas sistemas públicos de ensino que incluem redes privadas, tendo em vista principalmente a exclusividade do Estado para validar certificados e diplomas; autorizar o funcionamento de instituições e estabelecimentos escolares e estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional (CURY, 2008, p.1196). Ainda que a expressão “sistema de ensino” seja teórica e juridicamente inapropriada para nomear o fenômeno aqui destacado, seu uso tem sido recorrente para designar uma “cesta de produtos e serviços” voltados para a educação básica e ofertados aos gestores públicos. A cesta é composta, com alguma variação, por: apostilas, algum tipo de formação continuada para professores e gestores escolares, sistemáticas de avaliação e acompanhamento das atividades docentes por meio de portais na Internet e atendimento de

dúvidas de docentes por meio de *call centers*. No Brasil, a adoção dos sistemas apostilados tem se estendido para escolas de toda a educação básica, inclusive de Educação Infantil. Nas redes públicas, tem induzido a substituição dos tradicionais livros didáticos. Tal tendência tem sido estimulada pela reorganização de empresas privadas do campo educacional e de editoras, que buscam adequar-se a esse novo segmento de mercado por meio da criação de setores específicos para o atendimento dos gestores públicos. Como exemplo, cita-se o Núcleo de Apoio à Municipalização de Ensino (NAME), vinculado ao Colégio Osvaldo Cruz (COC) e Sistema Objetivo Municipal de Ensino (SOME), vinculado ao grupo OBJETIVO, ambos originários de cursos pré-vestibulares. No caso de adequação de grupos empresariais oriundos do mercado editorial, cita-se a Editora Moderna, com seu recente UNO público, empresa na qual se verifica a entrada de capital internacional espanhol (CASSIANO, 2008). Mais do que simples compra de material instrucional com vistas à melhoria de desempenho das redes em testes padronizados, essa forma peculiar de inserção do setor privado na educação pública significa a adoção, por parte do gestor público, de uma orientação político-pedagógica elaborada pelo setor mercantil e instituída por meio da padronização dos ritmos escolares e dos conteúdos curriculares, refundando, sob a lógica do mercado, o tecnicismo educacional que o Brasil viveu em décadas recentes. A descentralização constitui-se como variável importante na disseminação de contratos para compra de sistemas apostilados, uma vez que os municípios aumentaram suas demandas ao ampliar suas responsabilidades para com a oferta do nível obrigatório da educação básica. (ADRIÃO, 2009). A essa condição agrega-se a naturalização de uma concepção de qualidade educacional caracterizada principalmente pela possibilidade de ser medida em testes estandardizados de desempenho acadêmico. Não é, pois, obra do acaso a busca por medidas aparentemente homogeneizadoras das práticas pedagógicas, elaboradas por empresas privadas mercantis as quais seriam responsáveis pela eficiência e pela eficácia dos sistemas públicos de ensino ao trazer para a educação pública, dentre outros recursos, a padronização do processo pedagógico. Entretanto, o modelo vendido ao setor público é um arremedo do proposto pelo e para o setor privado, tendo em vista as diferenças dos e nos produtos e serviços. (ADRIÃO et al. 2009). Padronizar e homogeneizar o que é estruturalmente diverso parece ser uma das funções mais importantes atribuídas aos sistemas de ensino apostilados, desconsiderando-se a diversidade e as especificidades

presentes no trabalho pedagógico de cada unidade escolar (ARROYO, 2004). Os sistemas de apostilados de ensino são também designados como apostilamento do ensino ou simplesmente sistemas de ensino.

TEISE DE OLIVEIRA GUARANHA GARCIA

THERESA MARIA DE FREITAS ADRIÃO

ADRIÃO, T. (Coord.) *Estratégias municipais para a oferta da educação básica*: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo. 2009. Relatório de Pesquisa – Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p.799-818, out. 2009.

ARROYO, M. G. *Imagens quebradas*: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASSIANO, C. C. F. Mercado editorial escolar do século XXI: livros didáticos, apostilas e formação de professores. *Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional*, Curitiba, v. 3, p. 17-31, 2008.

CURY, C. R. J. Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, dez. 2008.

SAVIANI, D. *Educação brasileira*: estrutura e sistema. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.